

# A negação da pandemia

## o incrível caso de anomia social

Gabriel Hasselmann  
Valdete Daufemback

### Resumo

Durante a pandemia, uma onda de negacionismo à ciência e à própria pandemia se alastrou em alguns países e trouxe consequências desastrosas à saúde da população. No Brasil, o presidente da República foi visto em lugares públicos desafiando orientações sanitárias da Organização Mundial da Saúde, causando aglomeração, incentivando o fim do uso de máscaras e, assim, colocando em risco a saúde da população. O mau exemplo caracteriza uma onda de resistência a instituições comprometidas com a ciência e com a vida. Em uma *live* promovida pelo Centro dos Direitos Humanos de Joinville, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, uma das participantes apontou uma série de indicativos de condutas sociais que desafiavam as recomendações da OMS, além da demora do Governo Federal para tomar providências. Nesse momento, diante dos argumentos da palestrante, acendeu o despertar da associação da situação política e social em curso no país com teorias criadas no século XIX pelo sociólogo Émile Durkheim para explicar a “anomia social”, ou seja, o caráter das manifestações de desordem social no contexto das novas configurações da sociedade capitalista. Portanto, este ensaio propõe um olhar sob as lentes de Émile Durkheim em relação a práticas sociais diante da pandemia do Coronavírus (Sars-Cov-2), entendendo ser uma tarefa desafiadora abordar esse tema à luz do pensamento de um teórico da sociologia clássica e considerado positivista. Assim, este estudo se pauta em revisão de literatura em livros e artigos e em dados coletados em sites de pesquisa, à luz da teoria sociológica de Durkheim. O estudo sinalizou que certas práticas de parcela da população, mesmo que inconscientemente, correspondem ao perfil descrito por Durkheim como “anomia social”.

Palavras-chave: Durkheim; Anomia social; Sociedade brasileira; Governo Federal; Covid-19.

## Introdução

Nunca na história se disponibilizou tanto conhecimento à população como no período da pandemia do Novo Coronavírus (Sars-Cov2). As tecnologias da informação proporcionaram o alvorecer deste paradoxo de distanciamento físico e de aproximação virtual carregados de trocas de saberes em diversas áreas do conhecimento. O formato de *lives* foi uma inovação responsável pela aproximação de públicos variados com interesses afins, especialmente sobre o momento de incertezas que a sociedade atravessa em razão dessa pandemia.

Um desses eventos ocorreu em seis de maio do presente ano em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, promovido pelo Centro dos Direitos Humanos de Joinville, o qual proporcionou o *insight* para escrever este ensaio a partir de pontos abordados pelas palestrantes em relação à conduta social de parcela da população, pela similaridade com a investigação teórica apontada por Émile Durkheim (1858-1917), um dos pilares da sociologia clássica do século XIX, para explicar as circunstâncias da ocorrência de suicídios em uma sociedade em transformação atormentada pela “crise moral”. Só para constatar, na época do evento estava estudando os teóricos da sociologia clássica no componente curricular de Sociologia e percebi que o pensamento desse autor dialoga com a Psicologia, especialmente em relação ao suicídio.

Um ensaio consiste na exposição das ideias e pontos de vista de quem escreve sobre determinado tema, buscando originalidade no enfoque, sem, contudo, explorar o tema de forma exaustiva (MARSAL et.al., 2014). Essa modalidade de texto é utilizada especialmente nas áreas de Ciências Humanas. Portanto, este estudo constitui uma abordagem didático-reflexiva sobre a conduta social da sociedade brasileira diante da crise sanitária de contágio da Covid-19, à luz do pensamento de Durkheim, o qual fomentou o impulso da ciência positivista para explicar o momento de grandes transformações sociais decorrentes da consolidação da economia capitalista. No entanto, não se trata de um estudo comparativo de épocas.

Assim, o teor da proposta deste ensaio está contemplado em três momentos: inicialmente aborda-se o contexto sócio-histórico da fundamentação teórica do pensamento de Durkheim; seguido de uma narrativa referente à crise sanitária de contágio da Covid-19 no Brasil; finalizando com uma reflexão sobre condutas sociais de parcela da sociedade brasileira que correspondem à descrição de Durkheim como “anomia social”.

## Durkheim e Seu Tempo

Émile Durkheim (1858-1917) analisou a sociedade urbano industrial em transformação com o advento da consolidação do capitalismo marcado pela crescente ascensão da burguesia e pelo crescimento do movimento operário impulsionado pelas ideias revolucionárias do Iluminismo. Nesse contexto, Durkheim analisou o conturbado período de transformações políticas e econômicas responsáveis pela instabilidade social denominada de “desordem social” ou “anomia social”.

Durkheim trouxe em sua defesa teórica o caráter funcionalista de uma sociedade constituída por órgãos interativos e interdependentes como um corpo humano. Nesta dimensão, qualquer fenômeno social possui uma significação em sua totalidade. Neste caso, não há possibilidade de existir um fenômeno social isolado, pois todos estariam interligados em um mesmo organismo (a sociedade). Nesse aspecto, o caráter de particularidade em cada indivíduo passa a ser responsável pela manutenção da estabilidade ou da ordem social, cujos integrantes da sociedade devem respeitar as normas e valores pregados historicamente (OLIVEIRA, 2010). Sendo assim, a função primária da Sociologia seria detectar os problemas da sociedade e buscar soluções, visando sempre à normalidade social, o controle do organismo como um todo.

Um dos pilares do pensamento durkheimiano diz respeito à autoridade, considerada uma ferramenta para assegurar a coesão social mediada pela lei. Entretanto, a lei “só cumpriria essa função se fosse revestida de uma autoridade moral, cuja expressão no campo da política e das liberdades individuais seria assegurada pelo Estado” (NISBET, 1993, p. 190-203 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 127)

Embora não questionasse o Estado, Durkheim tinha interesse em saber como era a sua atuação em relação à moral individual, pois entendia que esse poder deveria ser dinâmico com base na realidade social. De acordo com Lukes (1985), Durkheim acreditava que os indivíduos morais é quem legitimam o poder do Estado para atuar em defesa da sociedade, mas a atuação deste não é necessariamente determinada pela ‘opinião pública’, uma vez que os dirigentes, como todo indivíduo social, também possuem os denominados “apetites sensuais” individuais “enraizados em nossos organismos, como pessoais, espontâneos, privados, egoístas [...], irracionais e imorais” (LUKES, 1985, p. 33).

Durkheim (2007) defendia a manutenção do poder vigente, porém, desde que o Estado não se sobreponha aos interesses da coletividade para que houvesse o bom funcionamento e ordem do organismo social. Portanto, seu

olhar estava na maneira de agir, de sentir, de viver da coletividade, não como vontades individuais, mas como condição coercitiva exterior, revelada como fato social. Embora acreditasse que a divisão de trabalho era responsável pela geração de solidariedade, Durkheim (2007) não descartava a possibilidade da existência de conflitos nessa esfera social.

Assim, como os sujeitos não têm domínio de interação no ambiente, os fatos sociais agem como determinantes no comportamento destes como partes de um coletivo. São, portanto, produtos da sociedade, cujos valores são anteriores à sua existência individual. Mas se estes sujeitos discordarem dessa manutenção vigente de poder, estão sujeitos a sanções, censuras e punições nas esferas sociais (controle coercitivo), pois os fatos sociais possuem legitimidade unânime, visando sempre o bom funcionamento e a ordem do organismo social e da moral (DURKHEIM, 2007). É importante reiterar que, na perspectiva do sociólogo, só é possível observar, comparar e explicar um fato social por um outro fato social. Significa que a sua compreensão deve acompanhar a construção lógico-gramatical e o modo como o fato é socialmente compreendido.

Na obra *As regras do método sociológico*, escrita em 1895 e reeditada no Brasil em 2007, Durkheim afirma que as sociedades capitalistas da era pós-industrial funcionam como um organismo vivo, uma engrenagem, onde independe-se do tamanho da peça, uma vez que todas têm uma função interdependente. No movimento, o conjunto forma um só corpo, um organismo, ou seja, a formação da sociedade se compõe a partir de peças interconectadas. Assim, fica implícito na obra a impossibilidade de uma sociedade funcionar sem desigualdade social.

No entanto, é preciso lembrar que Durkheim viveu o período de transformações de uma sociedade urbano industrial, onde as contradições do crescimento econômico apresentavam um desafio aos pensadores da época. Durkheim seguiu o pensamento da vertente positivista, corrente teórica da sociologia que defendia a ideia que para um conhecimento ser considerado verdadeiro, deveria ser comprovado através de técnicas científicas válidas (CARVALHO, 1978), a partir de associações diretas às ciências biológicas, eliminando o caráter subjetivo.

Em sua trajetória, investigou e desenvolveu teorias sobre o suicídio. Na interpretação dele, o suicídio poderia ser interpretado como um fato social patológico, passível de ser explicado pelo viés da “anomia social”, ou desordem social. Ou seja, as taxas de suicídio ocorrem em função das relações sociais que envolvem o meio. Estariam, portanto, excluídas neste caso, a questão econômica como fator relevante que levariam as pessoas a cometerem suicídio.

Para Durkheim (2000, p. 11), suicídio é a “morte resultante, direta ou indiretamente, de um ato, positivo ou negativo, perpetrado pela própria vítima, que sabia que esse resultado se produziria”. Neste aspecto, o campo da psicologia dialoga com a sociologia para explicar a relação de eventos extremos de crises e de calamidades como fatores condicionantes da conduta humana (LUKES, 1985). Há, portanto, um conjunto de situações passíveis de associações pela intencionalidade interrelacional entre o comportamento individual e seu caráter social que Durkheim se debruçou para estudá-lo.

A diferença entre estas duas áreas do conhecimento se pautam na tratativa, ou seja, enquanto a Psicologia investiga e acolhe aspectos da história das pessoas individualmente para encontrar as causas específicas que desencadeiam ao suicídio, a Sociologia investiga a responsividade da sociedade, apropriando-se das taxas de suicídio em sua coletividade para explicar esses fatos sociais (TEIXEIRA, 2002; MINGHETTI; KANAN, 2014; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

## O Estado Brasileiro e o Estado Pandêmico

A partir de março de 2020 a sociedade brasileira passou a conviver com o contágio da Covid-19, doença causada pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Diante do cenário de contágio mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS) determinou medidas sanitárias, tais como o uso de máscara, de álcool em gel e o distanciamento físico para combater a pandemia.

Importante mencionar que essas medidas sanitárias adotadas, em cumprimento às orientações da OMS, geraram um certo descontentamento à parcela expressiva da sociedade. Essas questões ocorreram por descrença ao estado pandêmico, o que permitiu a negação até mesmo da existência do vírus, uma expressão de desprezo ao conhecimento científico, ou, ainda, por considerar a necessidade de “salvar a economia”, o que supunha a necessidade de ignorar a possibilidade de contágio a partir de aglomerações.

Com esse desprezo pelas normas sanitárias, o Brasil, enquanto país marcado historicamente pela desigualdade social com uma população suscetível à exposição precária de habitação e de saneamento básico, cria condições que propiciam situações de aglomeração, o que corrobora ainda mais à disseminação do vírus (BARRETO *et al.*, 2020).

Do ponto de vista da política institucional, o Governo Federal se mostra um tanto quanto irresponsável ao relativizar ou minimizar a gravidade

da situação, o que contribui para a reprodução de informações equivocadas sobre o combate à pandemia. Há indícios de que o governo retardou a tomada de medidas seguras para combater a pandemia, sem contar que faz questão de deslegitimar a eficácia das vacinas desenvolvidas para controlar a disseminação do vírus e abrandar os efeitos do contágio, demonstrando sua vertente negacionista. Frequentemente, a maior autoridade política do país é vista em lugares públicos sem o uso de máscara, incentivando, inclusive, aglomerações. Em sua defesa, alega que o distanciamento físico e social gera miséria porque as pessoas param de trabalhar e, com isso, haverá um colapso na economia. Ou seja, a equipe do governo mostra-se mais preocupada com a economia do que com a saúde da população. Por isso, até mesmo o Programa Emergencial que garante segurança econômica às parcelas mais vulneráveis da sociedade está sob risco de desaparecer (FOLHA DE S.PAULO, 2021).

Diante de mais de meio milhão de mortes, o presidente da República afirmou que “apesar de tudo, o Brasil está indo bem! Graças ao governo federal, porque se dependesse de muitos governadores e prefeitos, todo mundo estaria em casa, todo comércio fechado, milhões de empregos destruídos” (CARTA CAPITAL, 2021). Sabe-se que a desigualdade social é histórica no Brasil. O sistema capitalista, dialeticamente, induz e exige desigualdade social e desemprego (SOUZA, 2020). No entanto, cabe aos governantes criarem políticas públicas para atender a população em suas necessidades, especialmente em tempos de crises.

Nesse sentido, de acordo com Souza (2020), é relevante observar se foi “a pandemia de Covid-19 que provocou uma desordem econômico-social ou o caos social intrínseco ao sistema econômico vigente que estabeleceu as bases sociais para a pandemia?” (p. 2470). Embora essa questão possa oferecer contribuições sociológicas e, ao mesmo tempo, impor condições que empurram para uma seara de controvérsias, o debate dessa natureza é intrigante porque leva à percepção de que há uma dinâmica no processo de determinação social na saúde-doença.

Na esfera social é perceptível que há determinadas pautas de desinformação que aguçam o comportamento social dos brasileiros com a presença dessa pandemia. Porém, não se pode afirmar que a pandemia foi responsável por procedimentos que denotam irresponsabilidade social quanto ao descato às normas sanitárias para evitar o contágio da Covid-19. A negação à ciência e a falta de consideração à vulnerabilidade social já estavam latentes no âmago da sociedade muito antes da disseminação do vírus, mas não havia até então clima favorável para a sua manifestação publicamente. Desse modo, agravou-se a polarização política e ideológica extrema que já estava em cur-

so. Mesmo que órgãos mundiais de saúde tenham credenciais para expor a necessidade de cumprir as normas sanitárias, há aqueles que relativizam as reais proporções da pandemia e negam a credibilidade da ciência (SOUZA, 2020), como também interferem no trabalho dos profissionais da saúde.

Assim, não se pode descartar a hipótese de que algumas lideranças políticas foram responsáveis pela desinformação ou desorientação quanto às medidas sanitárias determinadas pela Organização Mundial da Saúde. Uma parcela da população, diante de tantas informações (às vezes contrárias umas às outras), não soube como proceder ou agir de forma correta ou racional e, sem orientação e apoio por parte de órgãos governamentais, optou ao que lhe pareceu convencional ideologicamente. Há evidências que a falta de transparência nas informações divulgadas pela gestão pública para combater a doença foi proposital. Conforme Souza (2020), para o funcionamento de uma sociedade democrática, a transparência política é fundamental, pois quanto mais transparente um governo se mostrar, mais responsável ele se assume.

Não é comum um governante ser favorável à desestruturação social. De acordo com Mello (2020), passar por uma pandemia consiste em experimentar formas alternativas de romper com a dinâmica regular da vida, com o poder de uma força anárquica que violenta a ordem, e nenhum Estado sente-se confortável com a desestruturação social. Sim, há uma certa anomia social provocada pela indiferença da gestão governamental em relação à população vulnerável. A postura do Estado brasileiro frente às necessidades básicas não garante segurança alimentar da população, principalmente à vulnerabilizada.

Enquanto isso, uma parcela de ricos aumenta o capital às custas da exploração de serviços e produtos relacionados à própria pandemia. Em outras palavras, a realidade mostra que, por um lado, agravou-se o estado de pobreza e, por outro, aumentaram as oportunidades no ramo dos negócios para quem já era economicamente rico (RIGAUD; VERTHEIN; AMPARO-SANTOS, 2021). De acordo com a Revista Forbes (2021), em 2021 o Brasil ganhou dez novos integrantes na lista de bilionários, enquanto a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, indica que “do total de 211,7 milhões de brasileiros(as) [...], 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome” (REDE PENSSAN, 2021, p. 2). Fica evidente a disparidade entre a falta de acesso de uns e o excesso de outros às mercadorias, porém, concentradas em poder de quem domina a empregabilidade e o mercado dos negócios.

Sob o pretexto de uma miséria iminente, resultante da adaptação das medidas sanitárias orientadas pela OMS para a contenção da Covid-19, as

prioridades do governo estão voltadas à economia do país, implicando diretamente na retomada integral do trabalho, mesmo significando riscos à vida dos brasileiros. Para Frigotto (2020, p. 3), este “conservadorismo econômico com o retorno à tese da soberania do mercado [...], não encontra mais nenhuma sustentação sem que haja uma maior e global destruição de vidas no curto e longo prazo”, indicando esta postura como “insensata e genocida”.

Há uma pressão por parte de setores produtivos para que os trabalhadores continuem em seus postos, sob a alegação da possibilidade de a produção parar e, assim, milhares de brasileiros ficariam sem acesso aos bens de consumo para suprir as necessidades básicas. Para Frigotto (2020, p. 10), esse argumento é falso, pois a lógica da produção não está em satisfazer as necessidades básicas, “mas na ordem do lucro e, portanto, para quem pode comprar”.

Não foram somente as camadas mais vulneráveis que sentiram os efeitos da pandemia. A saúde mental dos brasileiros também foi afetada. Desde os sintomas de depressão, tristeza, medo, angústia ou irritabilidade e intolerância, até situações mais graves que afetam os relacionamentos ou a vida no trabalho. De acordo com a Fiocruz, “fatores situacionais, relacionados à pandemia, podem potencializar ações suicidas, [...] como reações agudas ao diagnóstico, discussões sobre prognóstico, espera por resultado de testes e, em alguns casos, pela própria evolução da doença” (2020, p. 2). Há indícios que há uma relação entre internação de pacientes com Covid-19 em hospitais e o aumento de casos de suicídio até cinco vezes mais.

## Brasil pandêmico na perspectiva de Durkheim

A invenção da República brasileira no final do século XIX teve influência da corrente do pensamento positivista de Durkheim, porém, fortemente pautada no interesse individual, na “liberdade do homem privado, a liberdade do direito de ir e vir, da propriedade, de opinião, de religião (CARVALHO, 1990, p. 17-18). Significa que a coletividade, enquanto perspectiva da proposta francesa, passava ao lado no discurso dos construtores da República brasileira. Havia uma aproximação ao modelo norte-americano em sua engenharia política, conferindo ao Estado o exercício de poder mediado pela iniciativa privada. Esta constatação é relevante porque pode, em tese, explicar a falta de uma consciência coletiva referente às medidas sanitárias de combate ao vírus da Covid-19.

Mesmo com o contágio do vírus em alta, a expressão da liberdade individual em decidir sobre as orientações da Organização Mundial de Saúde ecoa



soberanamente entre setores da população, pondo em dúvida o conhecimento científico, a eficácia da vacina e a importância do distanciamento físico para se proteger e proteger a coletividade.

Pela ótica de pensamento de Durkheim, a população brasileira vive, por analogia, uma situação de “anomia social”. Em outras palavras, ela vive um impulso à prática do suicídio indireto, àquele que decorre de um ato negativo que não provoca o óbito diretamente, mas com potencial para um resultado prejudicial à integralidade da vida (DURKHEIM, 2007) e, mesmo assim, se arrisca e põe em risco a vida de outras pessoas.

Isso indica que o suicídio ocorre tanto pela falta da ação de um indivíduo em determinada sociedade, como pela pressão que esta sociedade acarreta sobre ele. Assim, todo indivíduo é dominado por uma realidade moral que o ultrapassa: a realidade coletiva (DURKHEIM, 2007). Desse modo, se alguém for induzido pela sociedade ao suicídio, não o exime a natureza suicida, mas acrescenta um caráter homicida perante aquela sociedade.

Importante mencionar que estatísticas apontam o aumento dos casos de tentativas e suicídios durante e após eventos extremos, que configura o caso da atual pandemia. Tratando-se da complexidade e multifatorialidade deste fenômeno, os suicídios em uma situação de pandemia podem estar relacionados a diferentes fatores, como “medo, isolamento, solidão, desesperança, acesso reduzido à suporte comunitário e religioso/espiritual, dificuldade de acesso ao tratamento em saúde mental, [...] e suicídios de familiares, conhecidos ou profissionais de saúde” (FIOCRUZ, 2020, p. 1).

Não se trata, portanto, de afirmar que a sociedade seja suicida. Nem que a existência do vírus da Covid-19 seja responsável pela ansiedade da população. É preciso distinguir o aspecto da desinformação sobre o comportamento desse vírus e a negação da gravidade da Covid-19. Aparentemente, o intuito é confundir a sociedade que, por questões ideológicas, acredita mais nestes influenciadores negacionistas da ciência do que nos cientistas.

Constantemente, os meios de comunicação divulgam cenas de aglomeração, onde os participantes não têm a menor preocupação com o contágio, mesmo quando a pandemia se mostra no nível crítico, com o sistema de saúde em colapso, onde profissionais de saúde precisam decidir, entre as pessoas internadas em hospitais, quem irá viver.

Comumente, pessoas são vistas nas ruas ou em ambientes fechados fazendo coro ao relaxamento das medidas sanitárias, sem o uso de máscaras e distanciamento físico. Este comportamento – adotado por parte da população que nega a existência da pandemia e, por isso, não respeita as orientações

sanitárias – justifica-se por orientação ideológica, usando o argumento de elementos constitutivos do direito individual de ir e vir. A relevância coletiva destes episódios é caracterizada como fato social.

Até bem pouco tempo esse comportamento negacionista era considerado um aspecto de desajuste social e quem o praticasse poderia sofrer constrangimento ou ser punido por isso. Porém, conforme o tempo foi passando, a exceção virou regra. O negacionismo virou uma tendência a ser seguida. Usar os protocolos das medidas sanitárias pode representar um desajuste social no olhar do negacionista.

Essa conduta talvez tenha ligação com o fato de que autoridades governamentais do país, desde o início da pandemia, trataram de negá-la, promovem aglomerações e desprezam os cuidados recomendados pela OMS, expondo a coletividade ao risco. Assim, seus seguidores se sentem motivados a seguir o exemplo. Mas é possível afirmar que a negação à ciência e o desinteresse pela coletividade em detrimento dos interesses individuais estivessem no âmago desses setores da sociedade mesmo antes desse governo assumir o poder. Apenas encontraram um forte aliado para extravasar aquilo que estava latente, mas não havia condições propícias para pôr em prática.

Qualquer país com o mínimo de espírito republicano não permitiria que autoridades governamentais, as quais deveriam dar exemplo em seguir as normas sanitárias, fossem vistas em lugares públicos promovendo aglomerações com seus apoiadores, sem o uso de máscaras, desprezando as recomendações de medidas sanitárias (NOTÍCIAS UOL, 2021).

Constata-se que a não observância das orientações fornecidas pelas autoridades em saúde não é por causa da ignorância, uma vez que os canais de comunicação disponibilizam informações sobre as evidências de pesquisas que alertam para o risco de agravamento da pandemia. Neste contexto, o individualismo pautado na ideologia negacionista propagada por interesses pessoais pode ser responsabilizado pelo avanço do contágio do vírus. Ora, este negacionismo deixa um rastro de sofrimento ao ignorar explicitamente as estatísticas da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS, 2021) com registros crescentes de vidas perdidas que poderiam ser evitadas, não na sua totalidade, mas com um percentual reduzido, mediante procedimentos relativamente simples. Nem mesmo a divulgação de mais meio milhão de mortes conseguiu sensibilizar essa parcela de negacionistas. O que é preciso afinal, para que a sociedade entenda que a pandemia não é somente “uma gripezinha”?

Nesse cenário constrangedor, defensores da “pátria”, enrolados nas cores verde amarela, posicionam-se de forma vigorosa contra o uso de máscaras

ras, promovem aglomerações e desrespeitam a ciência, os cientistas, as universidades e o conhecimento científico.

De acordo o Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER, 2021), em qualquer cidade, quanto maior for o número de apoiadores do Governo Federal, maior é o risco de contaminação e mortes por Covid-19. O estudo aponta que nas cidades onde o atual presidente, no segundo turno, teve nas urnas a expressividade acima de 70% dos votos, o número de casos de Covid-19, em um ano, foi de 567% maior em relação a outras cidades onde ele teve menos de 30% de votos; o número de risco de mortes chega 647%. A pesquisa revela que o negacionismo corresponde a uma “anomia social” com potencial para a prática de suicídio indireto. A politização da doença está implícita nos discursos do Governo Federal e, com isso, arrasta multidões de seguidores sem o menor compromisso com as medidas de prevenção ao contágio da Covid-19.

É incoerente a postura de qualquer liderança pública que descumpra as orientações dos cientistas. Falsar as medidas sanitárias é um desrespeito à população. Se não bastasse o aumento de pessoas que passam fome e não encontram alento em políticas públicas que possam fornecer o mínimo de segurança alimentar. Conforme o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança”.

A ética durkheimiana indica que para reduzir os conflitos sociais é necessário que se detecte os problemas da sociedade para, em seguida, buscar soluções e retomar a normalidade moral da coletividade (DURKHEIM, 2007). Para Frigotto (2020), o retorno à normalidade social após a pandemia depende do investimento do Estado em pesquisas envolvendo os diferentes campos da ciência para reorganizar a coordenação entre setores do poder público, em especial o da saúde, que apresenta divergências nas esferas federal, estadual e municipal, além de ações que favoreçam o sustento às parcelas mais vulneráveis da sociedade. Assim fazendo, o Estado assumiria um caráter responsivo e equilibrado sobre toda a sociedade, não apenas em favorecimento do enriquecimento dos já abastados economicamente.

Ainda não se sabe as repercussões futuras ocasionadas pela pandemia. De acordo com Frigotto (2020, p. 1), as pessoas de “mentes débeis e humanamente cínicas do núcleo ideológico e metafísico do Governo Federal possuem participação ativa e consentida em milhares de mortes que podem ser evitadas”. A gestão administrativa do Governo Federal tem a responsabilidade de reparar o equívoco quanto ao retardo na tomada de medidas seguras para a contenção do vírus e, conseqüentemente, ao alastramento da pandemia.

## Considerações Finais

Diante do exposto, reitera-se que este ensaio teve a pretensão de desenvolver uma reflexão sobre a sociedade brasileira neste momento de pandemia, trazendo para o contexto o pensamento de Durkheim com o intuito de explicar certas práticas que indicam a presença de “anomia social” que se encaminha, mesmo que inconscientemente, a um suicídio indireto.

As reflexões desenvolvidas foram pautadas em dados documentais e em uma revisão de literatura sobre o tema. A construção do texto foi um exercício desafiador, especialmente por se tratar de um tema que se situa em campo arenoso. Os fatos sociais estão acontecendo e a cada instante podem mudar de rumo de acordo com o direcionamento dos ventos do Planalto Central. Porém, o exercício da escrita trouxe uma satisfação por transitar no campo da sociologia e da psicologia, conhecimentos necessários à formação acadêmica para um bom preparo à vida profissional.

Tendo em vista que a ciência não é absoluta e nem estática, pois está em constante atualização, este estudo poderá inspirar outras pesquisas acadêmicas sobre o tema abordado. Desse modo, compreende-se que toda vez que um autor é revisitado constitui-se em um convite, não a conhecer a teoria sob sua perspectiva pretérita, mas sobre o que o dito no passado tem a contribuir com o contexto sócio-histórico.

## Referências

BARRETO, Mauricio Lima et al. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil?. **Rev. Bras. Epidemiol.** Rio de Janeiro, v. 23, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Hys6MC>. Acesso em: 13 abril 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

**Brasil Tem 10 Novos Bilionários no Ranking de 2021**. Nova York: Forbes Brasil, 10 abr. 2021. Quinzenal. Disponível em: <https://bit.ly/30AkXKL>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de. O positivismo de Émile Durkheim. **Rev. de C. Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 9, p. 57-82, 1978. Quadrimestral. Disponível em: <https://bit.ly/3owGOuU>. Acesso em: 24 jun. 2021.

**Cidades em que Bolsonaro venceu em 2018 têm mais mortes por covid, diz estudo**. Poder360, [s.l.]. 7 mai. 2021. Diário. Disponível em: <https://bit.ly/3cknyLt>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasília) (org.). **O suicídio e os desafios para a Psicologia**. Brasília: Liberdade de Expressão, 2013. 152 p. Disponível em: <https://bit.ly/3wUC3PR>. Acesso em: 21 abril 2021.

DURKHEIM, Émile. **As regras do Método Sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

**Economia cresceu no 1º trimestre mesmo sem programas emergenciais, diz ministério**. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 jun. 2021. Diário. Disponível em: <https://bit.ly/30xCyD6>. Acesso em: 3 jul. 2021.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz (org.). **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: suicídio na pandemia covid-19**. Curitiba: Arca, 2020. 24 p. Disponível em: <https://bit.ly/2Z1mN7i>. Acesso em: 21 abril 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Empresários mais ricos do Brasil: a ignorância, o cinismo e a ganância que matam. Espaço e Economia: **Revista brasileira de geografia econômica**, Goiânia, v. 1, n. 17, p. 1-9, abr. 2020. Semestral. Disponível em: <https://bit.ly/3nqMPtX>. Acesso em: 24 jun. 2021.

LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel. **Sociologia: para Ler Os Clássicos**. Beco do Azougue, 2009. p. 15-46.

MARSAL, M. H.; PAVÃO A. H. P.; REIS, E.; DELUCHI, S. REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UFSC. **Exemplos e dicas de como escrever um ensaio acadêmico**. Florianópolis: UFSC, 2014. 2 p. Disponível em: <https://bit.ly/321fSvO>. Acesso em: 4 jul. 2021.

MELLO, Ricardo Gustavo Garcia de. Pandemia e os descaminhos da Anomia social. **Desafios da Pandemia: agenda Para As Ciências Sociais Aplicadas**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 1-32, nov. 2020.

MINGHETTI, Lenir Rodrigues; KANAN, Lilia Aparecida. Compreensão do suicídio na visão de três correntes psicológicas: teoria psicanalítica, teoria sistêmica e existencial-fenomenológica. **Áreas Emergentes em Psicologia**, Lages, SC, v. 3, n. 2, p. 9-32, 11 dez. 2014. Trimestral. Disponível em: <https://bit.ly/30VrQ27>. Acesso em 13 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Márcio de. O Estado em Durkheim: elementos para um debate sobre sua sociologia política. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 18, n. 37, p. 125-135, Oct. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/320Dhom>. Acesso em: 5 abril 2021.

**Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil**. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS), [s.l.], 02 jul. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

Rede PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (org.) **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Curitiba, 2021. 66 p. Disponível em: <https://bit.ly/3nnlFnQ>. Acesso em: 24 jun. 2021.

RIGAUD, J. P. de O.; VERTHEIN, Úrsula P.; AMPARO-SANTOS, L. Fome em tempos de pandemia de COVID-19: uma análise crítica aos sentidos (re)produzidos pela mídia. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/30IzW5M>. Acesso em: 19 abril 2021.

SANTOS, J. G. DOS; MOTA, F. P. B. A transparência governamental em tempos de Covid-19: reflexões do quadro brasileiro. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3716-3724, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/321gQIs>. Acesso em: 13 abril 2021.

**Sem máscara, Bolsonaro gera aglomeração em “motociata” em SP. UOL Notícias**, [s.l.], 12 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/32boK29>. Acesso em: 3 jul. 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira, A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciênc. saúde coletiva**, Alagoas, 05 Jun 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>>. Acesso em 15 de abril de 2021.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Três fórmulas para compreender “O suicídio” de Durkheim. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 6, n. 11, p. 143-152, Aug. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3nqRFY6>. Acesso em: 13 abril 2021.

## Sobre os autores

**Gabriel Hasselmann.** Graduando do curso de Psicologia da Faculdade Ielusc. E-mail: 20192261@ielusc.br.

**Valdete Daufemback.** Professora adjunta da Faculdade Ielusc. Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: valdete.daufemback@ielusc.com